



boletim



Ano 14, Nº 106 - Agosto de 2024

CONTY A - CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Gênero e Raça: O perfil da desigualdade no Brasil

LIVE ●

ILAESE

BRASIL em FOCO

TODA SEGUNDA-FEIRA 19 HRS

[YOUTUBE.COM/ILAESEOFICIAL](https://www.youtube.com/ilaeseoficial)

Assista a apresentação completa do conteúdo deste boletim clicando [aqui](#).

Introdução

A forte desigualdade social no Brasil é amplamente conhecida e uma de suas principais manifestações pode ser constatada pelo recorte de gênero e raça dos que mais sofrem essa desigualdade. O resultado de 400 anos de colonialismo e escravização segue se fazendo presente na vida das mulheres negras, que compõem o grupo mais vulnerável da sociedade.

As mulheres negras estão na base da pirâmide social. A combinação de racismo e machismo fazem desse contingente populacional as principais vítimas do desemprego, da informalidade, da pobreza e da fome. Também acumulam os piores índices de escolaridade, de violência e de mortalidade materna, entre outros indicadores sociais.

Aproveitando o Julho das Pretas, mês em que se celebra o Dia Latino-Americano e Caribenho das Mulheres Negras, o Dia da Mulher Africana e no Brasil ainda se homenageia Tereza de Benguela, liderança quilombola, símbolo da força e resistência da mulher negra, dedicamos esse número do Boletim Contra-Corrente para contribuir com esse debate.

Boa Leitura!

1. Indicadores *demográficos e sociais* das mulheres negras

As mulheres negras são a maioria da população brasileira, somando mais de 60 milhões de habitantes, ou 28,5% do total. Elas também correspondem à maior percentagem da população em idade ativa, cerca de 48,3 milhões (28,4%). Mulheres e homens negros são

os principais responsáveis pelos domicílios do país, sendo responsáveis por 56% do total dos domicílios brasileiros. Os lares de responsabilidade das mulheres negras representam 27,4%, contudo abrigam mais pessoas (29,5%) e crianças (34,7%), se comparado com os demais grupos.

Percentagem da população total, população em idade ativa e responsáveis por domicílios, por grupos sociais. Brasil, 2021

	População total		População em idade ativa		Domicílios/ Responsáveis pelo domicílio	
	em mil pessoas	%	em mil pessoas	%	em mil pessoas	%
Total	210.596	100,0	169.946	100,0	71.467	100,0
Homens Brancos	43.865	20,8	35.284	20,8	16.611	23,2
Homens Negros	59.122	28,1	46.906	27,6	20.462	28,6
Mulheres Brancas	47.583	22,6	39.411	23,2	14.784	20,7
Mulheres Negras	60.026	28,5	48.345	28,4	19.609	27,4

Fonte: PNAD

Mas apesar de ser a maioria da população e de chefes de família, o grupo de mulheres negras dispõe da menor fatia da massa total de rendimentos; apenas 16% do total de rendimentos do país contra 24,1% dos homens negros,

24,7% das mulheres brancas e 35,1% dos rendimentos totais absorvidos pelo conjunto dos homens brancos. Isso significa que a parcela da população brasileira mais pobre é dependente das condições de trabalho e vida das mulheres negras.

Participação dos grupos sociais na massa de rendimentos, por fonte de rendimento. Brasi, 2021

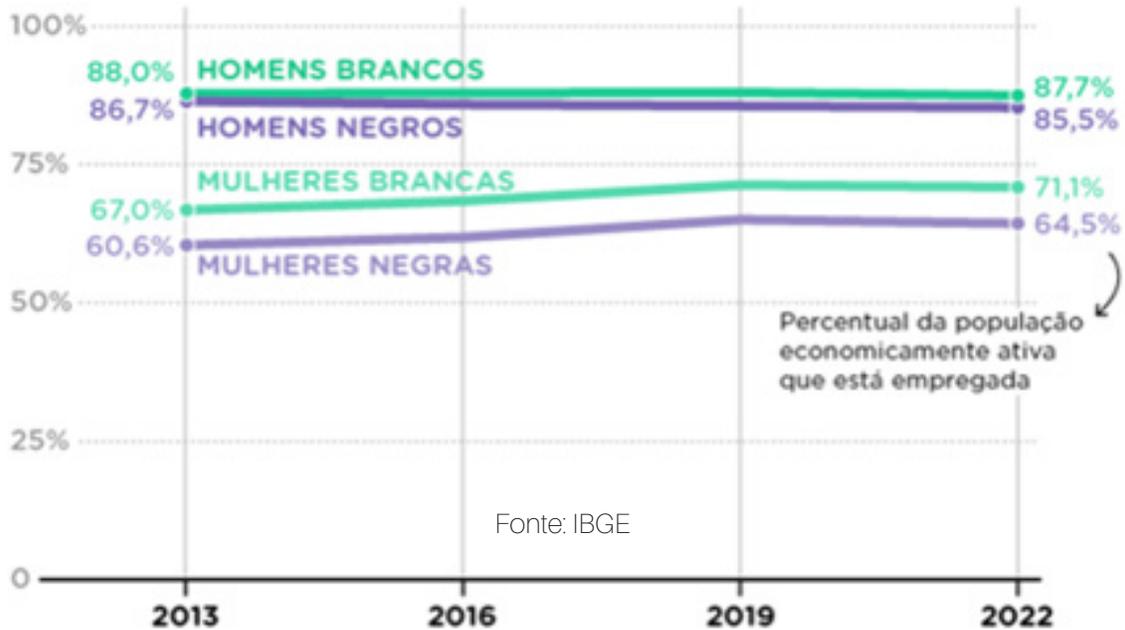
	Total	Homens brancos	Mulheres brancas	Homens negros	Mulheres negras
Rendimentos totais	100,0	35,1	24,1	24,7	16,0
Rendimentos do trabalho	75,7	28,3	16,6	20,1	10,7
Rendimentos de outras fontes	24,3	6,9	7,5	4,6	5,4
Programas sociais*	3,0	0,3	0,6	0,7	1,4
Aposentadorias e pensões	17,9	5,0	5,8	3,5	3,6
Outras fontes**	3,5	1,5	1,1	0,5	0,4

Fonte: PNAD

2. Mercado de *trabalho*

Com relação à participação na força de trabalho, podemos perceber que entre 2013 e 2022 houve uma melhora no percentual de mulheres negras na população economicamente ativa, ainda assim a taxa de participação delas segue sendo o mais baixo em relação aos demais grupos, sendo que em 2022, mais de uma em cada três mulheres negras estava fora da força de trabalho.

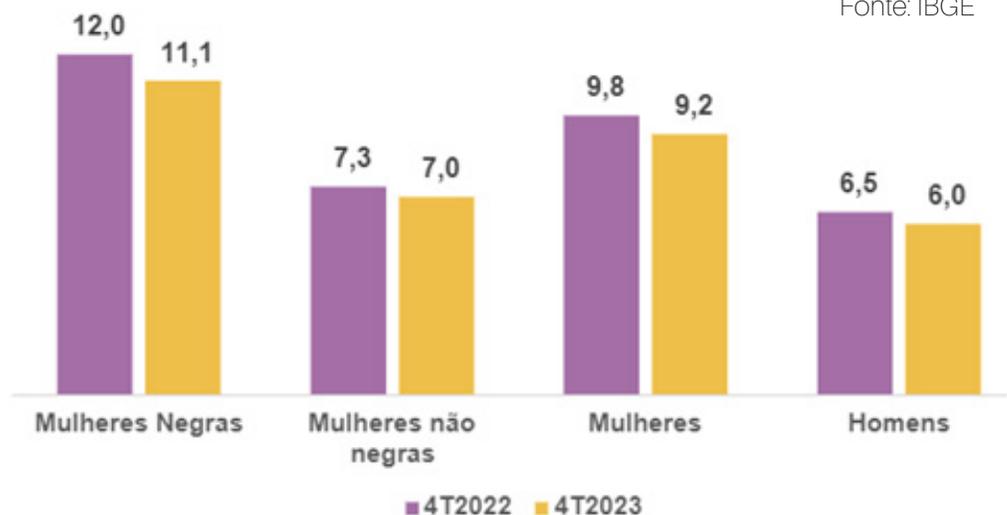
Taxa de participação na força de trabalho no Brasil no terceiro trimestre por ano por grupo



Vale destacar que as mulheres negras são a maioria dos desempregados, no último trimestre de 2023 as mulheres representavam mais a metade dos total desempregados, 54,3%, dessas 35,5% eram negras. A taxa de desemprego entre mulheres negras é quase o dobro da

observada entre os homens: 11,1%, contra 6%. Entre as mulheres não negras é de 7%. O desemprego de jovens negras é três vezes maior do que entre os homens brancos. As mulheres negras também são a maioria dos desalentados: 1,4 milhão ante 485 mil não negras.

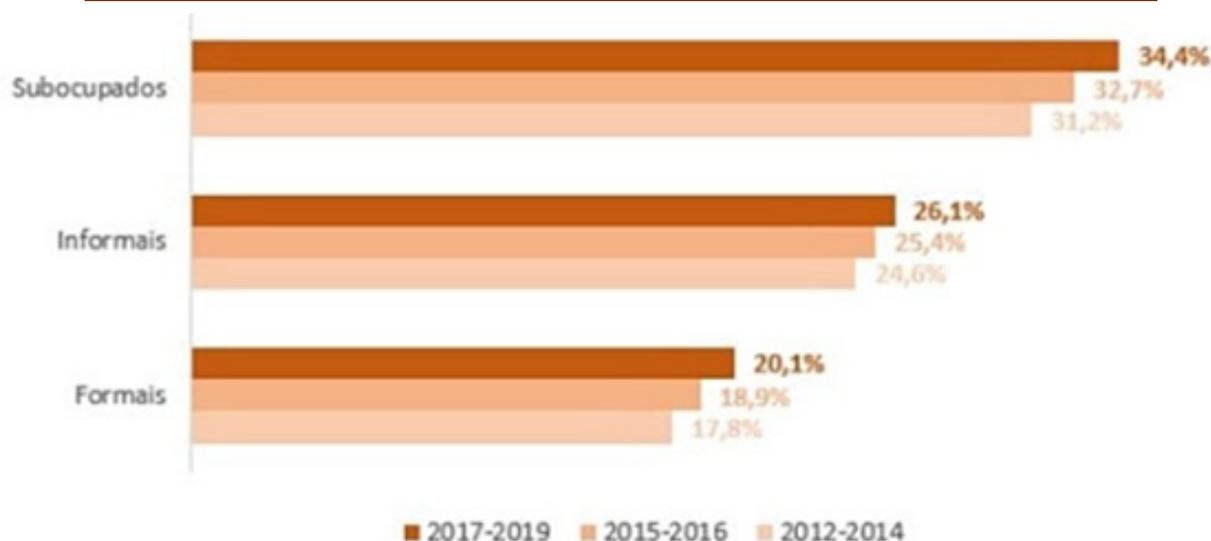
Taxa de desocupação por sexo e raça/cor - Brasil, 4º trimestre de 2022 e 2023 (%)



Os subocupados referem-se ao subgrupo da população ocupada que trabalham menos de 40 horas semanais mas estão disponíveis ou gostariam de trabalhar mais horas. A subocupação predomina entre as mulheres negras (34%), percentual que vem aumentando ao longo da série histórica, como podemos ver pelo gráfico a seguir. Em 2022 a taxa

de subocupação das mulheres negras ficou em 7,3%, contra 5% entre os negros, caindo para 4,8% entre não negras e 3,1% para não negros. Isso evidencia a fragilidade da inserção da população negra e principalmente da mulher negra no mercado de trabalho, sendo que elas trabalham menos do que gostariam e precisam, com jornadas e salários menores.

Taxas médias por tipo de inserção das mulheres negras - Brasil



Fonte: IBGE

Em termos de formalidade/informalidade, percebe-se que inserção das mulheres negras no mercado de trabalho é majoritariamente informal. Vale lembrar que entre as mulheres que estão trabalhando, a taxa de informalidade é de 37,5% e, novamente, as negras são maioria. A taxa

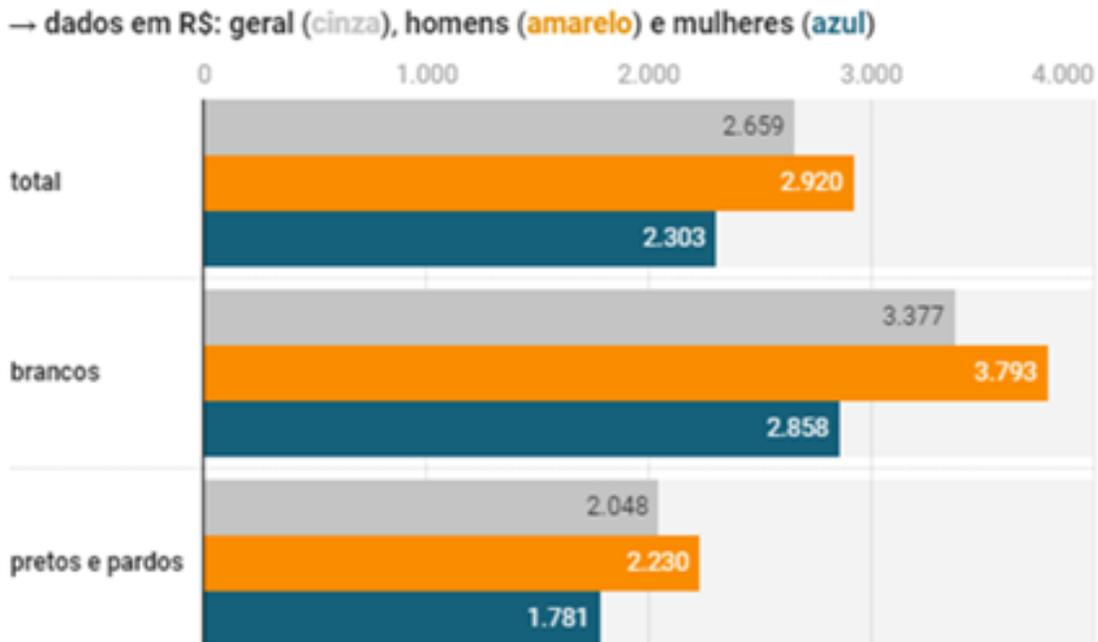
de informalidade das mulheres pretas ou pardas, segundo o IBGE é de 45,4% e dos homens brancos, 30,7%, uma diferença de quase 15 pontos percentuais. Já as mulheres que não têm contribuição previdenciária somam 36,2%, das quais as negras são 41%, contra 30% das não negras.

3. Renda

No quesito renda a situação não é melhor. O rendimento médio habitual de todos os trabalhos da mulher negra representa 46,9% do total de rendimento médio do homem branco, ou seja, menos da metade. Importante observar ainda que

entre todas as mulheres ocupadas, 39,9% recebem no máximo um salário-mínimo sendo que, entre as negras, praticamente metade ganha até esse valor (49,4%), enquanto a proporção para as não negras era de 29,1% e entre os homens de 29,8%.

Desigualdade de renda Por gênero e cor - Rendimento habitual de todos os trabalhos por habitante - 2022



Fonte: IBGE

Em relação ao trabalho principal, a diferença salarial de homens brancos e mulheres negras entre as pessoas ocupadas com 25 anos ou mais com ensino superior varia de 46 a 60% a depender da faixa etária.

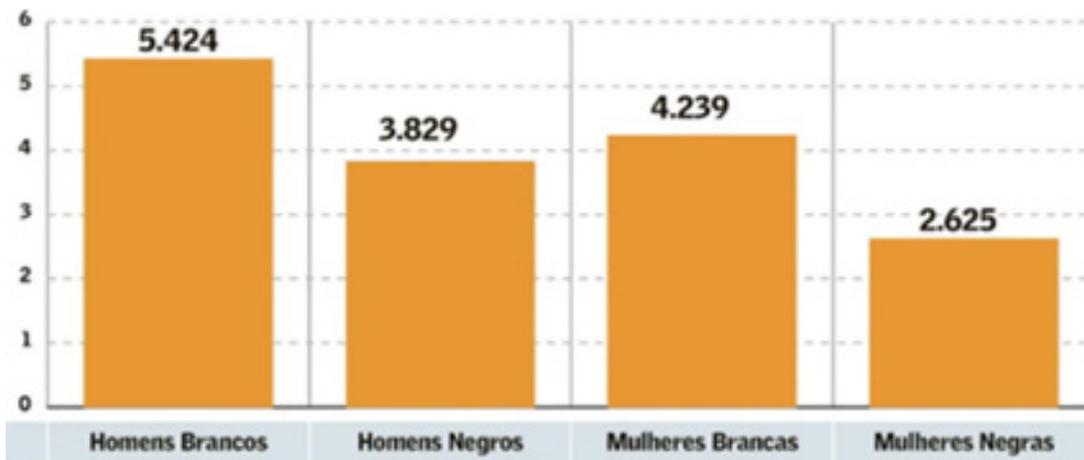
Renda média do trabalho principal entre pessoas ocupadas com 25 anos ou mais com Ensino Superior

	Homens Brancos	Mulheres Negras	Gap
25 a 34 anos	R\$5.825,19	R\$3.130,86	46%
35 a 54 anos	R\$8.520,91	R\$4.038,01	53%
55 anos ou mais	R\$10.735,33	R\$4.337,51	60%

Fonte: iO Diversidade e Instituto Locomotiva

Entre os formados em escolas e faculdades públicas o gap salarial entre mulheres negras e homens negros é de 31,4%, entre mulheres negras e mulheres brancas é de 38%, sendo que entre mulheres negras e homens brancos chega a 51,6%.

Salários dos formados em escolas e faculdades públicas em R\$ - Brasil, 2020



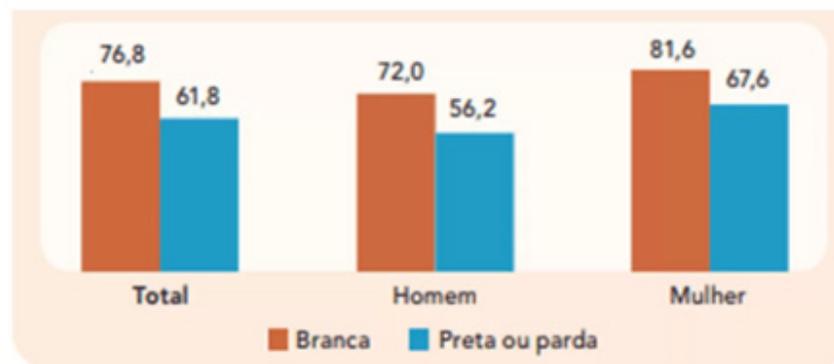
Fonte: IBGE

4. Educação

Outro indicador que revela a desigualdade de raça e gênero é a escolaridade. Em que pese as mulheres estudam mais que os homens, quando se observa o recorte racial, o acesso à educação não é igual. Em 2020, a taxa de conclusão do ensino médio das mulheres brancas foi de 81,6%, já entre as mulheres negras foi de 67,6%. Em 2022, enquanto 32,6% das mulheres de 18 a 24 anos estudavam, entre os homens esse percentual era de 28,1%, diferencial por sexo que foi mais

do que o dobro da diferença verificada em 2016. Mas ao dissecar os dados percebe-se que enquanto o número de mulheres brancas que estudam subiu de 37,7% para 39,7%, a taxa de frequência escolar das mulheres negras caiu de 28,6% para 27,9%. O percentual de mulheres brancas com 25 anos de idade ou mais que haviam concluído o ensino superior no mesmo ano foi o dobro daquele alcançado pelas mulheres pretas ou pardas: 29% contra 14,7%.

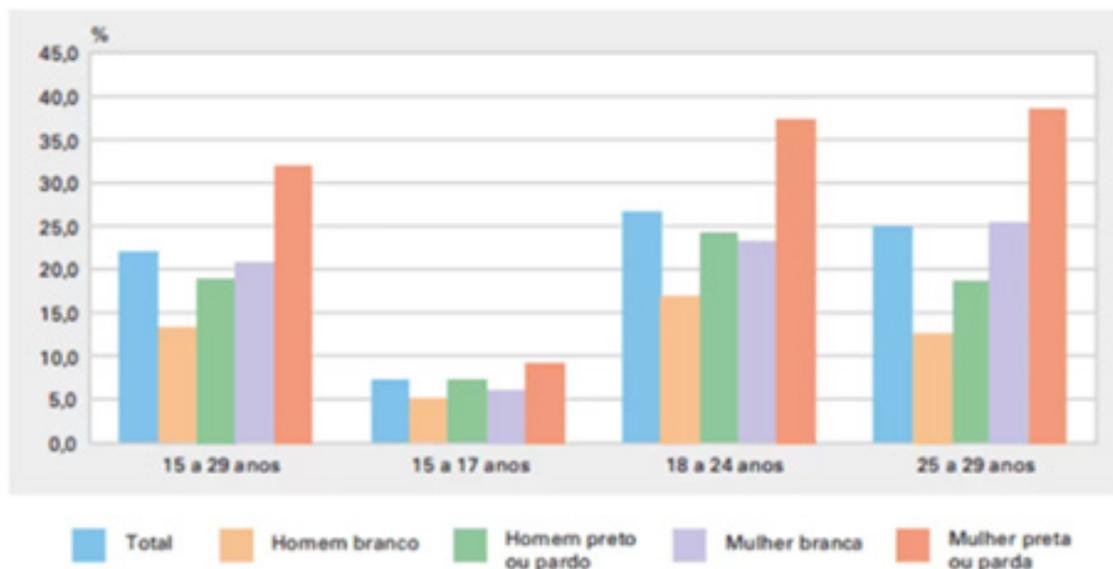
Taxa de conclusão do Ensino Médio (%) -
Brasil, 2020



Fonte: IBGE

Com relação aos jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não estão ocupados, verifica-se que em todos os grupos de idade a proporção de mulheres negras é maior, sendo que no grupo de 25 a 29 anos, chega a ser o triplo do encontrado entre os homens brancos.

Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não estavam ocupados, por sexo e cor ou raça, segundo os grupos de idade – Brasil, 2019



Fonte: IBGE

5. Saúde

Mais da metade (54,1%) das mortes maternas no Brasil ocorrem entre as mulheres negras de 15 a 29 anos. A população negra feminina também tem duas vezes mais chance de morrer por causas relacionadas à gravidez, ao parto e ao pós-parto do que as mulheres brancas. Segundo a Pesquisa Nascer no Brasil II: Inquérito Nacional sobre Aborto, Parto e Nascimento, realizado pelo Ministério da Saúde em parceria com a Fiocruz, enquanto o número de mortes maternas entre as mulheres brancas é de 46,56 para cada 100 mil nascidos vivos, no caso das

mulheres pretas, é mais que o dobro: 100,38 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos. Entre as pardas, a incidência é de 50,36. Vale lembrar que o Brasil assumiu uma meta junto às Nações Unidas de redução para 30 mortes até 2030. Vale lembrar que a quarta principal causa de mortalidade materna são os abortos inseguros.

Ainda de acordo com o levantamento, mulheres negras também recebem, com menos frequência, recursos para alívio para a dor durante o parto, como tomar água, andar, tomar banho, ganhar massagem ou mesmo ter a opção de ser anestesiada.

Além disso, têm menos chance de ter um acompanhante durante o parto, o que é garantido por lei, e na maternidade estão mais sujeitas a ouvir expressões discriminatórias.

Mais da metade (54,1%) das mortes maternas no Brasil ocorrem entre as mulheres negras de 15 a 29 anos. A população negra feminina também tem duas vezes mais chance de morrer por causas relacionadas à gravidez, ao parto e ao pós-parto do que as mulheres brancas. Segundo a Pesquisa Nascer no Brasil II: Inquérito Nacional sobre Aborto, Parto e Nascimento, realizado pelo Ministério da Saúde em parceria com a Fiocruz, enquanto o número de mortes maternas entre as mulheres brancas é de 46,56 para cada 100 mil nascidos vivos, no caso das

mulheres pretas, é mais que o dobro: 100,38 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos. Entre as pardas, a incidência é de 50,36. Vale lembrar que o Brasil assumiu uma meta junto às Nações Unidas de redução para 30 mortes até 2030. Vale lembrar que a quarta principal causa de mortalidade materna são os abortos inseguros.

Ainda de acordo com o levantamento, mulheres negras também recebem, com menos frequência, recursos para alívio para a dor durante o parto, como tomar água, andar, tomar banho, ganhar massagem ou mesmo ter a opção de ser anestesiada. Além disso, têm menos chance de ter um acompanhante durante o parto, o que é garantido por lei, e na maternidade estão mais sujeitas a ouvir expressões discriminatórias.

6. *Violência*

50.962 mulheres sofreram violência por dia em 2022, dessas, 65,6% eram negras. Mulheres negras experimentaram níveis mais elevados de violência (29,9%) do que as brancas (26,3%), sendo que a prevalência, isto é, o percentual de mulheres que dizem já terem sido vítimas de violência, é superior entre mulheres pretas (48%), principalmente aquelas com ensino fundamental (49%), com filhos (44,4%), divorciadas (65,3%), atingindo o ápice na faixa etária de 25 a 34 anos (48,9%). Episódios de agressões severas também

são mais comuns na população feminina negra, enquanto 6,3% das negras afirmam que já foram vítimas de espancamento, 3,6% das brancas sofreram esse tipo de ataque. Algo similar acontece entre as vítimas de ameaça com faca ou arma de fogo —negras (6,2%) e brancas (3,8%). Além disso, a proporção de negras que tiveram negado o acesso negado a recursos básicos —como assistência médica, comida ou dinheiro por algum companheiro ou ex-companheiro— é de 10,9%, também maior do que entre mulheres brancas (7,1%).

Conclusão

Esses números reais não são uma casualidade, a desigualdade que sofrem as mulheres negras em todos os âmbitos da vida é mais uma evidência do racismo arraigado na sociedade. A mulher negra é duplamente vitimizada, por ser mulher e por ser negra, além de ser objetificada, muitas vezes, a sociedade ainda a trata como aquela que “aguenta o tranco”. Por outro lado, quando se observa as políticas públicas de enfrentamento à desigualdade e a violência, percebe-se que tem se mostrado totalmente ineficazes para esse segmento populacional. No afã de universalizar as políticas para as mulheres, abstrai-se as necessidades específicas das mulheres negras, que acabam sendo mais suscetíveis do ponto de vista de violação de direitos.

Vale lembrar que as opressões cumprem um papel fundamental no capitalismo, a estratificação da

classe trabalhadora permite não só superexploração de setores inteiros da classe— como as mulheres e a população negra —e aumenta a competição entre os trabalhadores rebaixando os salários e o nível de vida de conjunto, como nos divide, jogando uns contra outros, quando deveríamos unir forças contra esse sistema de produção que gera e reproduz todas as opressões e desigualdades. Por isso o debate de opressões não deve ser encarado como uma exclusividade dos setores oprimidos, mas que diz respeito ao conjunto dos trabalhadores e de suas organizações. A luta contra os preconceitos e opressões no interior da classe é essencial para fortalecer os laços de solidariedade entre os trabalhadores e permitir que suas parcelas socialmente vulneráveis possam lutar em melhores condições contra a exploração capitalista.



Assista a apresentação completa do conteúdo deste boletim clicando [aqui](https://www.youtube.com/ilaeseoficial).

EXPEDIENTE

Contra-corrente é uma publicação mensa elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. Contato: Rua Curitiba, 862, sala 307. Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30170-124. Telefone: (31) 2520-2008 - (31) 9697-4672- ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Diagramação: Anna Sant'Anna.